

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

A ELEIÇÃO NOS **EUA**  
E SEU IMPACTO NO BRASIL





**Encontros Democráticos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

## Hillary ou Trump? E como isso nos afeta?

**A** eleição presidencial nos Estados Unidos deve ter impacto reduzido no Brasil, porque as relações entre os dois países estão em um de seus pontos mais baixos. Diante disso, para o Brasil, mais importante do que apostar neste ou naquele candidato é investir no relacionamento bilateral, buscando formas de tornar-se um parceiro mais relevante para os norte-americanos.

Essa foi, em síntese, a conclusão do debate sobre a eleição nos EUA e seu impacto no Brasil, realizado pelo Espaço Democrático em junho de 2016, pouco mais de quatro meses antes da escolha do novo presidente norte-americano. Participaram do evento, coordenado pelo jornalista Sérgio Rondino, os professores Fernanda Magnotta (FAAP) e Carlos Pio (UNB), além do cientista político Rogério Schmitt.

Rogério explicou como funciona o processo eleitoral norte-americano, destacando que a verdadeira eleição, lá, ocorre no Colégio Eleitoral, onde votam os delegados de cada um dos 50 Estados do país, eleitos pelo voto popular.

Para a professora e pesquisadora de Relações Internacionais Fernanda Magnotta, embora os dois candidatos tenham visões diferentes sobre o papel dos EUA no mundo, o impacto da eleição de Donald Trump ou Hillary Clinton na relação com o Brasil seria semelhante, por dois motivos: o sistema de freios e contrapesos existente no arcabouço legal norte-americano, que dificulta a concretização de propostas muito radicais, e o papel pouco relevante que o Brasil tem hoje na política externa dos EUA.

O professor Carlos Pio afirmou que o Brasil tem, de fato, uma importância relativa para os EUA, assim como toda a América Latina. Por isso, disse, o futuro das relações entre os dois países depende mais do que o Brasil fará para recuperar seu papel estratégico do que da eleição de Trump ou Hillary. “O impacto depende daquilo que nós vamos fazer”, concluiu.

Boa leitura.



**SÉRGIO RONDINO:** As eleições nos Estados Unidos e seu impacto no Brasil são o assunto deste nosso Encontro Democrático, que terá hoje a participação de dois convidados, acadêmicos com grande conhecimento do tema.

Uma palestra será da professora Fernanda Petená Magnotta é mestre e doutoranda pelo programa de pós-graduação de Relações Internacionais Santiago Dantas. Ela também é pós-graduada em globalização e cultura pela Faculdade de Sociologia de São Paulo e bacharel em relações internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado, a FAAP.

Outra será do professor Carlos Pio, que é cientista político, consultor com 20 anos de experiência na área e sócio da Augurium. Ele prestou consultoria para grandes empresas sobre a evolução do cenário político e econômico brasileiro.

Antes das palestras, eu gostaria de pedir ao cientista político Rogério Schmitt, colaborador da Fundação, que nos dê uma explicação inicial sobre como funciona o sistema eleitoral americano, bastante complexo. Rogério...

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu vou tentar, resumidamente, explicar como funciona a eleição presidencial nos EUA, que tem mecanismo bem diferente do usado aqui no Brasil e na maioria dos países. E depois me arriscar a fazer alguns prognósticos sobre o que pode ocorrer. A eleição presidencial vai acontecer no comecinho de novembro.

Como funciona o famoso Colégio Eleitoral? Nos Estados Unidos a eleição presidencial acontece em duas etapas. A primeira é pelo voto popular, e a segunda é no Colégio Eleitoral. Na verdade, tecnicamente, quem elege o presidente americano não são os eleitores diretamente, mas os delegados do Colégio Eleitoral.

O que é o Colégio Eleitoral? É uma instituição criada pela própria Constituição norte-americana apenas para eleger o presidente da República, não tem nenhuma outra função, não exerce nenhuma outra atividade durante o resto do tempo. O Colégio Eleitoral é formado por 538 delegados indicados pelos 50 Estados norte-americanos. Cada Estado tem um número de delegados proporcional à sua população. O número de delegados de cada Estado é a soma do número de



deputados e do número de senadores daquele Estado no Congresso americano.

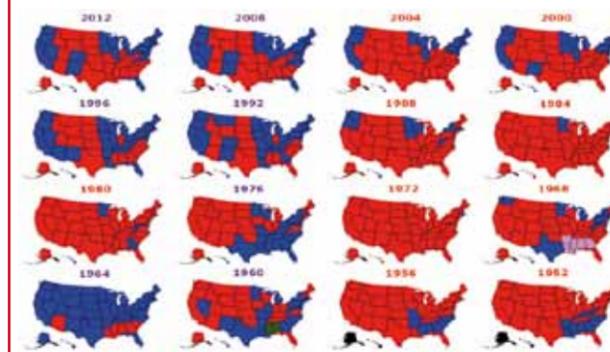
Por exemplo: a Califórnia, que é o Estado mais populoso dos EUA, tem 53 deputados e dois senadores, o que lhe dá 55 delegados no Colégio Eleitoral. E os Estados menores têm, na pior das hipóteses, três delegados, porque cada Estado tem dois senadores e no mínimo um deputado.

A distribuição de delegados é recalculada a cada 10 anos, a cada novo censo populacional. Alguns Estados perdem população, outros ganham, e isso interfere no número de delegados. Como são 538 no total, um candidato a presidente, para ser eleito, precisa ter metade mais um desse número, que é 270 delegados. Esse é o número mágico. O presidente americano é aquele candidato que consegue eleger 270 delegados no colégio eleitoral.

Na verdade, a eleição presidencial americana é composta de 50 eleições estaduais. É feita uma apuração separada em cada Estado e o candidato que tem a maioria dos votos em um deles indica todos os delegados desse Estado para o colégio eleitoral. Por exemplo: em um Estado que tem 20 delegados, um candidato tem 51% dos votos e o outro, 49%. O que teve 51% elege todos os 20 delegados do Estado. Todos os Estados fazem isso, com duas exceções que não vale a pena mencionar, mas a regra geral é essa. Você ganha no Estado, você carrega todos os delegados do Estado.

“...tecnicamente, quem elege o presidente americano não são os eleitores diretamente, mas os delegados do Colégio Eleitoral”

**Red states x Blue states (1952-2012)**



Vamos pegar todas as eleições presidenciais americanas desde a década de 1950 até a mais recente, 2012. Os Estados vermelhos são de maioria republicana e os azuis, democrata. Esse mapa é uma ilustração que mostra como variou ao longo do tempo o mapa eleitoral para presidente dos Estados Unidos. Os Estados pintados de vermelho são aqueles onde o Partido Republicano elegeu os delegados na eleição presidencial. Os pintados de azul são aqueles onde os democratas tiveram maioria. Começa lá na década de 1950, com a eleição de Dwight Eisenhower e vem até a eleição do Barack Obama, em 2012. Esse é o mapa eleitoral. Então, vocês podem ver que houve anos em que o mapa ficou todo pintado de vermelho e houve anos em que o mapa todo foi pintado de azul, mas na maior parte do tempo está dividido.

## Resultados eleitorais (1976-2012)

Ano	Partido Democrata				Partido Republicano			
	Nome do Candidato	Votos (milhões)	Delegados no C.E.	Estados vitoriosos	Nome do Candidato	Votos (milhões)	Delegados no C.E.	Estados vitoriosos
2012	B. Obama	66,9	332	27	M. Romney	60,0	206	24
2008	B. Obama	69,5	365	29	J. McCain	59,9	173	22
2004	J. Kerry	59,0	251	20	G.W. Bush	62,0	286	31
2000	A. Gore	51,0	266	21	G.W. Bush	50,5	271	30
1996	B. Clinton	47,4	379	32	B. Dole	39,2	159	19
1992	B. Clinton	44,9	370	33	G. Bush	39,1	168	18
1988	M. Dukakis	41,8	111	11	G. Bush	48,9	426	40
1984	W. Mondale	37,8	13	2	R. Reagan	54,5	525	49
1980	J. Carter	35,8	49	7	R. Reagan	48,9	489	44
1976	J. Carter	40,8	297	24	G. Ford	39,1	240	27

Este gráfico tem os resultados eleitorais das dez últimas eleições para presidente, desde a eleição de 1976, vencida pelo Jimmy Carter, até a eleição de 2012, vencida pelo Obama. Em amarelo está o nome do presidente eleito. Vocês podem ver que, nas dez últimas eleições, em cinco vezes o Partido Democrata venceu e em outras cinco, o Partido Republicano. Para vocês entenderem como funciona o Colégio Eleitoral, em cada eleição eu mostro três informações. Quantos milhões de votos cada candidato teve na soma do país - mas isso é só uma curiosidade, porque a soma de votos no país não tem absolutamente importância nenhuma para a vitória ou derrota do candidato. Normalmente, o candidato mais votado no país inteiro vence, mas é simples coincidência. Por exemplo, em 2012, o Obama teve quase 66 milhões de votos e o Mitt Romney, que era o seu adversário, teve quase 61 milhões.

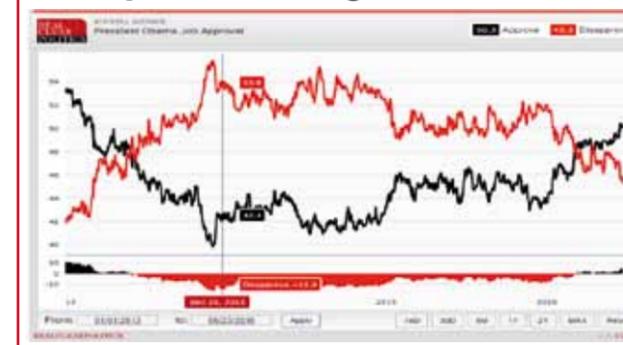
Em 2012, o Obama venceu em 27 Estados e o Mitt Romney em 24. Mas nenhum desses números significa muito. O número mais importante é a coluna pintada de cinza, que mostra quantos delegados cada candidato elegeu no Colégio Eleitoral. Aí vocês vão perceber que o candidato vitorioso foi sempre o que elegeu maior número de delegados.

Aliás, em 2012 aconteceu um fenômeno curioso na reeleição do Obama. Acho que foi a primeira vez, desde o século 19, que o presidente reeleito teve menos delegados no colégio eleitoral, na comparação com a primeira eleição. Normalmente, os presidentes que se reelegem têm mais votos na segunda vez. Aconteceu com o Ronald Reagan, aconteceu com Bill Clinton, por exemplo, mas o Obama perdeu força. Obama, em 2012, teve 332 delegados e o Mitt Romney, 206.

Já houve eleições em que o candidato que teve mais delegados não foi o mais votado na soma do país. O caso mais recente foi a vitória do George W. Bush na eleição de 2000. Ele teve 500 mil votos a menos que Al Gore, mas elegeu 271 delegados e o Gore, 266. E já houve casos em que o candidato vitorioso perdeu a eleição na maioria dos Estados. Jimmy Carter, por exemplo, em 1976, foi eleito presidente vencendo em 24 Estados, ao passo que seu adversário, Gerald Ford, ganhou em 27 Estados. Isso só para mostrar que o que importa não é quantidade de Estados em que o candidato vence, nem a votação total que ele obtém, mas sim o número de delegados que elege.

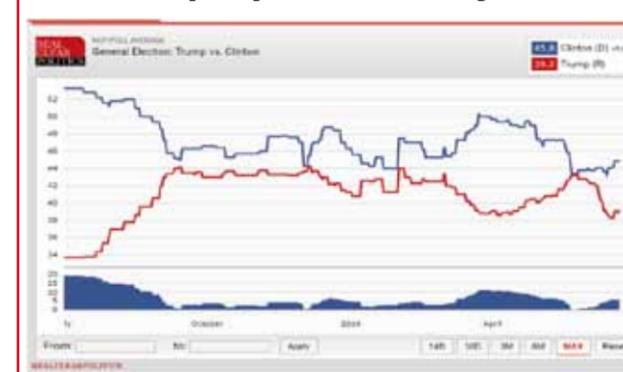
Para encerrar, vou mostrar qual é o estado atual da disputa para presidente deste ano. Nós estamos agora no período que antecede as convenções partidárias. Na segunda quinzena de julho, republicanos e democratas farão as suas convenções nacionais e aí sim será feita a escolha definitiva, oficial, dos candidatos a presidente. A gente já sabe que serão a Hillary e o Trump, mas formalmente essa escolha acontece só em julho. Os primeiros debates na televisão, em setembro; a eleição, em novembro. Eu trouxe algumas informações.

## Popularidade do governo Obama



A primeira é a taxa de popularidade do governo Obama, que é o atual presidente. Peguei uma série cobrindo todo o segundo mandato dele. A linha vermelha é a taxa de desaprovação e a linha preta é a taxa de aprovação. A gente percebe que Obama, durante a maior parte do mandato, teve uma maioria de eleitores reprovando sua administração, mas nesses últimos meses ele deu uma recuperada. Hoje há mais eleitores aprovando do que desaprovando. Mas vocês podem ver que a diferença é muito pequena. Nós estamos falando basicamente de 50% que aprovam e de 46% que desaprovam. É uma diferença que está ali na margem de erro das pesquisas. É um cenário de país bem dividido em relação à popularidade do presidente e a gente sabe que presidentes mais populares têm maiores chances de eleger seus sucessores.

## Média das pesquisas de intenção de voto



Esta outra série mostra os prováveis candidatos democrata e republicano, Hillary Clinton e Donald Trump, com suas taxas de intenção de voto. Tanto esse gráfico quanto o anterior são médias, cada ponto é a média das pesquisas realizadas. Esse gráfico também mostra um país bem dividido. A Hillary tem permanecido à frente do Trump durante todo o período até o momento. E nesse momento, na média, ela aparece com algo próximo de 6 a 7 pontos percentuais à frente, na média das pesquisas. Mas, de novo, esse número, por si só, não quer dizer muita coisa. É possível ter mais votos que o adversário e perder a eleição se seu adversário eleger mais delegados que você. Peguei alguns sites especializados que tentam fazer projeções dos resultados com base em pesquisas de intenção de voto que são feitas nos estados, que são as pesquisas que realmente interessam.

## Prognóstico Real Clear Politics

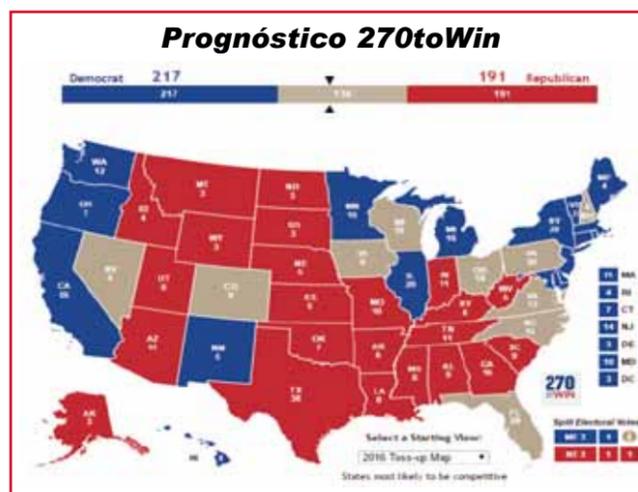


Este é um desses sites, chamado *Real Clear Politics*. Nos Estados pintados de azul os democratas são favoritos; vermelho, republicanos são favoritos; em cinza estão os Estados onde ainda é impossível dizer para onde vão os eleitores porque as pesquisas mostram empate técnico. Esse dado é modificado todo dia. Sempre que sai uma nova pesquisa em algum Estado, eles atualizam as projeções. Nessa simulação, a Hillary estaria com mais ou menos 211 delegados assegurados no colégio eleitoral. O

Trump, 164 delegados. São necessários 270 para vencer. E há 163 delegados que correspondem aos Estados onde a disputa ainda está aberta.



Nesse site eu achei interessante que eles fazem uma outra coisa. Nos Estados onde a disputa está embaralhada, fazem um cara ou coroa baseado no comportamento eleitoral anterior. E nesse desempate, a Hillary teria 303 delegados, o Trump 235. Mas é simplesmente uma simulação baseada nas informações disponíveis hoje. Não é um prognóstico. Sai uma pesquisa mostrando que um Estado que estava pendendo para um lado e agora está pendendo para outro modifica completamente o resultado.



Há um outro site mais conhecido que faz isso, o *270 para vencer*. Faz mais ou menos a mesma coisa utilizando uma metodologia um pouco diferente e dá um quadro ainda mais equilibrado: 217 para a Hillary, 191 para o Trump e 130 indefinidos. Isso tudo só para dizer que eu acho que é muito cedo para fazer qualquer prognóstico mais categórico, pois a eleição ainda está muito indefinida. Em condições normais, provavelmente seria possível dizer que há um ligeiro favoritismo do Partido Democrata, mas o Donald Trump não é um candidato normal. Pela primeira vez os republicanos estão lançando um candidato que não faz parte da máquina do partido. Lembro que os candidatos da máquina do Partido Democrata foram derrotados pelo Obama nas últimas eleições. Donald Trump é um nome bastante conhecido lá... Por isso fico em cima do muro, eu não me arrisco ainda a fazer um prognóstico.

**SÉRGIO RONDINO:** Obrigado Rogério. Agora a palavra é sua, professora Fernanda.



**FERNANDA MAGNOTTA:** Considerando um pouco do que já foi dito, a minha contribuição aqui vem no sentido de mostrar o que todo esse cenário representa para o Brasil. E como o desdobramento dessa eleição de alguma maneira afeta os interesses brasileiros. Então, decidi dividir minha fala em algumas etapas.

Primeiramente, a ideia é caracterizar um pouco qual

“ **...existem mecanismos legais previstos para que não necessariamente o candidato mais votado no período de prévias seja o candidato indicado pela convenção partidária** ”

tem sido o perfil desses dois candidatos que foram mencionados em termos de política externa. O que tem sido dito por eles e o que se espera de política externa desses candidatos.

Depois, eu entrei numa leitura um pouco mais específica sobre o que eles têm dito a respeito do Brasil, e aí sim uma reflexão pensando sobre implicações futuras. Vou tentar me ater a esses três aspectos. O professor Carlos Pio, depois, deve dar uma perspectiva mais focada no Brasil, que acredito que seja a especialidade dele.

A minha visão é de uma americanista, eu estudo os Estados Unidos da América, então estou olhando pela ótica dos Estados Unidos. Agora em julho serão definidos os nomes que vão oficialmente ser indicados para concorrer. Muito embora tudo indique que serão esses que o professor já mencionou, a Hillary do lado democrata e o Trump do lado republicano, há ainda uma certa insegurança. Não sei se todos conhecem essa possibilidade ou se tem ouvido falar. A imprensa brasileira deu muito pouca importância a isso que eu vou falar agora, mas eu acho que é relevante, que é o fato de que existem mecanismos legais previstos para que não necessariamente o candidato mais votado no período de prévias seja o candidato indicado pela convenção partidária.

Nunca aconteceu, na história democrática dos Estados Unidos, até porque de alguma forma seria a contestação do voto popular. Isso teria um custo

político elevado, mas juridicamente é possível. Hoje, às vésperas da convenção, quando os demais concorrentes já desistiram da corrida, isso se tornou mais improvável. Pouco se tem falado a esse respeito, embora a possibilidade jurídica ainda exista. Nos Estados Unidos esse é um debate muito intenso porque o Trump não é exatamente um candidato padrão e ele sofre não só oposição de todo o lado democrata, que tenta acusá-lo de várias coisas, mas do próprio partido. Ele critica justamente o *establishment* americano e as bases do partido. Nessa semana mesmo quem iniciou uma campanha anti-Trump nos Estados Unidos foi o ex-presidente George Bush, pai. Então, a gente percebe que existe uma dificuldade de criar coesão.

Embora tenhamos que considerar essas possibilidades, eu vou assumir aqui que nós temos dois candidatos estabelecidos. Vou assumir que o Donald Trump vai passar por cima de tudo isso e vai acabar sendo nomeado. A Hillary Clinton vence o Bernie Sanders, como tudo indica, e vou caracterizar então a política externa de cada um deles.

Tem sido um desafio pensar sobre a política externa desses dois candidatos por motivos diferentes.

No caso da Hillary, é um pouco mais fácil, porque não só ela é mais experiente, é uma figura pública mais conhecida, que já desempenhou função em outros cargos - mais recentemente ela ocupou a secretaria de Estado do presidente Obama, foi a secretária de Estado antes do John Kerry, que atual-

mente está em exercício. E nesse cargo, que seria o equivalente ao ministro de Relações Exteriores aqui do Brasil, por exemplo, ela teve muita importância em relação às parcerias que os Estados Unidos fizeram, às decisões internacionais que os Estados Unidos estabeleceram e tudo mais.

Pensar em política externa para a Hillary é um pouco mais terra sólida. No caso do Donald Trump, não, pelo fato de ele ser um *outsider*. Como ele não é um político de carreira, é um empresário do ramo do entretenimento, ele não tem exatamente uma história construída em relação a esse tema. Então, o que eu vou dizer, principalmente do ponto de vista do Trump, não passa de uma espécie de construção que nós, analistas, fazemos a partir das coisas que ele fala. Muito embora o que ele fala não represente, necessariamente, o que fará.

Feito esse breve resumo, eu gosto de pensar a política externa dos Estados Unidos a partir de um pêndulo. E isso não vem só da minha cabeça, mas de uma tradição histórica. Toda vez que os Estados Unidos praticam política externa, tendem a oscilar entre dois tipos de conduta. De um lado, o que chamo de Exemplarismo; de outro, o que defino como Cruzadismo Missionário. É o que a literatura mais ou menos consolidou. No fundo, tem a ver com a própria percepção que prevalece nos Estados Unidos em cada momento. Há momentos em que os americanos e as suas lideranças políticas identificam o país como sendo uma espécie de cidade acima da colina, a Terra Prometida, que são expressões muito típicas no discurso, na narrativa americana. E nesse sentido, já que são uma Terra Prometida, uma cidade acima da colina, o que eles têm a contribuir para o mundo é fornecendo o seu exemplo. Seu exemplo de desenvolvimento, de prosperidade, seu modelo econômico, político.

E nesses casos, quando prevalece a narrativa do

Exemplarismo, o que se costuma verificar é a tendência dos Estados Unidos a se fecharem em relação à participação em temas internacionais. Então, é uma espécie de isolacionismo com maior ou menor grau e, portanto, menos interesse em estar engajado nas atividades internacionais. Eu não sei como vocês percebem isso, mas o que eu estou dizendo pode parecer estranho porque a nossa imagem de Estados Unidos do século 20, que é quando eles se tornaram potência, é sempre de um país presente, muito ativo, engajado internacionalmente, intervencionista até. E, no fundo, isso é uma imagem bastante recente porque desde o início da história diplomática americana até o século 19, os Estados Unidos foram justamente o oposto do país que estou descrevendo, do Exemplarismo. Eles evitavam até a última instância a se envolver em assuntos internacionais.

Há vários episódios históricos que reforçam isso. Por exemplo, um caso famoso é o do presidente Woodrow Wilson, no início do século 20, querendo criar a Liga das Nações, uma ONU à moda antiga. No pós-Primeira Guerra, incentivando o engajamento internacional dos EUA, ele foi a Paris, fez toda a negociação do Tratado de Versalhes e quando voltou para casa com o acordo para ratificação, o Senado americano gongou o acordo e disse: "Espera lá, a gente não tem interesse em sair se engajando por aí. Nós já temos o que precisamos aqui dentro e o máximo que a gente pode fazer é servir como uma referência. Nós não queremos engajamento".

Então, isso já aconteceu, é um episódio bem famoso, mas houve uma série de outros. E vira e mexe acontece de se reproduzir.

Do outro lado, no oposto extremo do pêndulo, nós temos o tal do Cruzadismo Missionário. É uma espécie de cruzada dos americanos. É quando o *mindset* é alterado, quando os americanos se percebem de uma

maneira diferente em função das lideranças que eles possuem, e nesse sentido eles passam a acreditar que não basta ser exemplo a ser seguido, é preciso funcionar como um farol moral do mundo. Entra um pouco essa narrativa mais intervencionista de levar a bonança a outros lugares, de conquistar outras regiões com seu conjunto de valores e por aí vai.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Eu percebo essa eleição de 2016 como sendo uma eleição na qual vai prevalecer um choque de narrativas. Na minha percepção, existe hoje, de um lado, o Donald Trump representando o primeiro modelo, o modelo do Exemplarismo. E a Hillary Clinton representando o segundo modelo, do Cruzadismo Missionário. Isso não tem a ver só com a campanha que tem sido empreendida nesse momento, mas com a própria história, como eu disse, e as preferências que os candidatos apresentaram em outros momentos.

É curioso até, e talvez para vocês o que eu estou dizendo seja um pouco chocante, porque a gente sempre tende a pensar no Partido Democrata como sendo o partido mais moderado, menos intervencionista, e no Partido Republicano como sendo um partido mais agressivo. Muito em função da referência do George Bush pai e mais recentemente do filho. Mas isso é uma correlação espúria.

Quando a gente olha numa série temporal mais longa e considera as ações de política externa de diversos presidentes, percebe que o partido não tem, necessariamente, relação com o tipo de política externa que se pratica. "Ah, todos os presidentes republicanos são intervencionistas e todos os democratas são multilateralistas". Não é necessariamente assim que funciona. E se vocês cruzarem com o que tem sido dito agora, fica mais fácil ainda de identificar. O modelo todo que foi construído ainda na esfera anterior e pensado a partir do Donald Trump, é não só an-



ti-establishment, não só uma crítica à política constituída nos Estados Unidos, mas sobretudo anti-Obama e sobretudo anti-globalização. E esse é um fenômeno que não acontece só lá. Acontece em diversos lugares do mundo.

Na Europa há ascensão de partidos mais conservadores, tanto para a direita quanto para a esquerda. Tudo o que vem acontecendo indica um certo estranhamento dessa abertura irrestrita de fronteiras que em algum momento pareceu natural, durante os anos 1990 e auge da globalização. Então, quando você pega o Donald Trump dizendo "vamos construir muros para todos os lados e vamos mandar esses imigrantes todos embora", o que ele está dizendo? Ele está flertando com uma sociedade que vê como prioridade a ideia de que os Estados Unidos não devem investir capital político e econômico no além-mar. Que os Estados Unidos devem garantir a bonança interna, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade e salvaguardar o interesse dos seus nacionais, antes de querer ser a potência internacional mega-relevante. Por isso o exemplarismo. A ideia do fechamento e do olhar para dentro.

E a Hillary Clinton, ao contrário, é reconhecida geralmente a partir de uma expressão que a gente usa muito nos Estados Unidos, *rockish*, que dá aquela ideia de águia. A ideia de uma senadora mais

agressiva, até mais parecida com o republicano médio nesse sentido. Em economia, ela é até mais à esquerda do que o Obama, uma coisa que a gente pode discutir. As pessoas geralmente ficam chocadas com essa informação, mas é verdade. Só que em política externa ela é muitíssimo mais à direita do que o Obama e muito mais intervencionista do que diversos outros presidentes republicanos na história.

Quando ela foi secretária de Estado, propôs diversas medidas que um democrata médio moderado talvez não propusesse. Então, nesse sentido, a ideia de defender o liberalismo econômico, a democracia, de propor o reforço das instituições por meio das quais os Estados Unidos se promovem, deve ser mais forte com ela. E aí eu estou dizendo tudo isso para criar um *framework*, uma grande moldura, e inserir o Brasil em seguida. Como é que a gente pode analisar essa situação do Brasil? Eu acho que tem alguns aspectos que merecem destaque.

Em primeiro lugar, é muito importante considerar o histórico recente do relacionamento bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil. Essa é uma relação que sempre é descrita de uma forma muito positiva. Se nós tivéssemos aqui qualquer diplomata que fosse descrever essa relação, diria: “É uma relação especial; os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência brasileira, e vice-versa”. Tem uma série de questões em relação a datas, que a literatura geralmente coloca. São as maiores democracias das Américas, são próximos em tamanho de território, em tamanho de população, compartilham muitos valores. E o que eu vou dizer agora não tem o intuito de desconstruir isso. De fato, há muitas sinergias. No entanto, me parece razoável dizer que ao longo dos últimos anos houve um enfraquecimento dessa relação bilateral por diversos motivos, e ela de alguma forma se tornou muito acessória para os Estados Unidos.

A gente sempre fala que essa é uma relação assimétrica, porque embora ela seja importante para os dois países, os interesses que estão em jogo para um e para outro não são exatamente proporcionais em termos de peso. E hoje nos parece que os Estados Unidos são mais importantes para o Brasil do que o Brasil é para os Estados Unidos. E durante o governo Dilma Rousseff, particularmente, isso foi algo bastante discutido.

A política externa da presidente Dilma, em geral, é bastante questionada. As pessoas falam muito sobre isso, dizendo que não houve prioridade para a área internacional. E com os Estados Unidos não foi diferente. A agenda não avançou muito, inclusive passou por alguns momentos bastante críticos, como aqueles episódios de espionagem da NSA (*National Security Agency*) que todos acompanhamos. O governo brasileiro pediu retratação, pediu que o presidente Obama pessoalmente se desculpasse e chegou a cancelar a visita da presidente Dilma aos Estados Unidos como uma forma de protesto. Enfim, a retratação nunca aconteceu formalmente e as relações foram sendo retomadas aos poucos. Houve a visita posterior e tudo mais, mas a cooperação é muito residual.

É residual basicamente em três grandes áreas. É uma cooperação que se desenvolve hoje em defesa, em assuntos relacionados a educação - muito impulsionada, alguns anos atrás, pelo Ciência sem Fronteiras, a relação que se estabeleceu com algumas universidades americanas - e finalmente na área de comércio, onde existem alguns setores que se interessam por essa cooperação. Tirando isso, o caráter estratégico, que há alguns anos foi discutido, na minha leitura não existe mais, se perdeu. E daí a gente pode ir para uma segunda afirmação, que foi feita na semana passada pelo professor e pesquisador argentino Matias Spektor, num texto para a Folha de S. Paulo,



que retrata não só a percepção dele, mas a percepção que eu noto quando a gente transita nesse mundo de Washington.

Eu tive a chance de trabalhar no CSIS (*Centre for Strategic and International Studies*), que é o principal *think tank* de Washington, muito ligado à realidade do Congresso. O Brasil, hoje, está totalmente ausente dos debates que acontecem por lá. Por vários motivos. Não só por esse desinteresse dos próprios americanos em relação ao nosso país, como também porque não existem estruturas consolidadas que promovam o Brasil nos Estados Unidos. Existia dentro do Congresso, por exemplo, uma força, quase um lobby, um grupo de interesse que promovia empresas do Brasil. Tinha muita relação com algumas associações de classe, mas nem isso existe mais. Foi se reduzindo de tal modo que acabou ficando pouco representativo. O Brasil não está na lista de prioridades dos Estados Unidos. Isso antes das eleições, isso já há alguns anos. E nas eleições, particularmente, o Brasil não tem sido mencionado. Aliás, não só o Brasil - a América Latina em geral tem sido relegada ao segundo plano.

Também não é um fenômeno de agora esse descaso com a América Latina e com os países da região. É anterior. Tem a ver com dois fenômenos - desculpem o estrangeirismo: *overconfidence* e *overstretch*. Então,

muita gente fala “Ah, os EUA não se interessam pelo Brasil, não se interessam pela América Latina”. Primeiro porque eles são ultraconfiantes de que aqui está garantido o perímetro de influência. É discutível, mas é o que eles possivelmente pensam. *Overconfidence* porque por um lado eles assimilam desde a Doutrina Monroe que a América Latina está sob controle de alguma maneira. É uma área natural de influência dos Estados Unidos. E o *overstretch* de poder tem a ver com a ideia de que nos últimos anos eles tiveram que lidar com tantas outras questões, e que em geral não estão localizadas aqui, que fez com que eles tivessem que dedicar seu maior conjunto de recursos para esses outros temas.

Então, é o Oriente Médio, o combate ao terrorismo, a necessidade de lidar com a crise econômica de 2008... Isso teria feito com que se tornasse impossível administrar tudo em todos os lugares. Nesse sentido, a América Latina ficaria em segundo lugar.

Agora, chegando aos candidatos, eu selecionei algumas falas que parecem interessantes. Coisas que eles falaram sobre o Brasil recentemente. Como eu disse, não tem sido falado muito, mas tem algumas coisas que merecem atenção. Do lado da Hillary, tem duas coisas que me chamaram a atenção. Primeiro, quando ela veio ao Brasil em 2010, como secretária

de Estado, disse que a Venezuela não obedecia ao processo democrático e fez uma série de críticas ao governo venezuelano em discursos oficiais. Em seguida disse que o Brasil serviria como uma espécie de liderança regional para difundir valores que, na percepção dela, seriam mais propensos ao desenvolvimento, democracia e tudo o mais. Isso apareceu com muita força no período Hillary Clinton na América Latina como secretária de Estado.

Ela escreveu um livro, que agora inclusive foi traduzido para o português. Nesse livro, ela dedica um capítulo todo à América Latina e mais ou menos duas páginas ao Brasil. E nesse capítulo, assim como durante o período em que ela foi secretária, sempre se refere ao Brasil a partir dessa leitura, de que é um ator global limitado, mas é um ator regional importante. A ideia é de que não há, por parte da Hillary, o reconhecimento do Brasil como um *global player*. Nós não estamos falando do Brasil dos Brics, por exemplo. A ideia de que o Brasil é o país do futuro, ou que represente uma ameaça global aos Estados Unidos, não é tratada por ela, que entretanto reconhece o País como uma parceria importante na região, inclusive para criar o efeito estabilizador em relação a esses estados-pária, como ela mesma coloca na própria região.

O Donald Trump é um caso até mais curioso. Eu coloco três episódios específicos. O primeiro deles aconteceu antes de ele ser candidato, em 2014. Ele esteve aqui no Brasil para negociar a vinda de uma rede hoteleira para o Rio de Janeiro e durante a visita foi entrevistado pela revista *Veja*. E na ocasião, a jornalista pergunta a ele, para introduzir a conversa: "O que o senhor acha de Dilma Rousseff?". E ele responde: "Quem é ele?" A jornalista, para contornar a situação: "Mas o que o senhor pensa a respeito do Luiz Inácio Lula da Silva?". E ele diz: "Eu nunca ouvi falar". É evidente que tem um certo teatro

nessa história, mas foi exatamente o que ele disse. Estou reproduzindo literalmente o que ele falou. Então, a gente percebe que pessoalmente ele não tem o maior dos apegos à história brasileira, nem à política brasileira. Apesar disso, recentemente na campanha, no final do ano passado, ele deu duas entrevistas em que manifestou coisas preocupantes para o futuro do Brasil caso seja presidente. O primeiro dos casos é quando deu uma entrevista na *NBC* e disse que "o Brasil é um país que tira vantagem dos Estados Unidos e que a relação é uma rua de mão única". Ele falou sobre o Brasil e sobre o Japão como dois países que via dessa maneira. E dois meses depois, na *CBS*, no *Face the Nation*, disse que China, Japão, Índia e Brasil são países que estariam "roubando os nossos empregos".

Quando ele fala da pauta da imigração, que é muito presente na campanha, também já chegou a mencionar mais de uma vez o caso do Brasil. Segundo o próprio governo brasileiro, hoje nós temos 730 mil brasileiros nos EUA em situação migratória irregular. Então, se porventura o Trump for presidente e emplacar uma agenda anti-ilegalidade, dedicar mais atenção a isso, talvez gere algum tipo de tensão política com o Brasil na medida em que vai deportar um monte de brasileiros. Não acho pessoalmente que isso vá acontecer, mas é uma preocupação.

A partir dessa narrativa que estou construindo, há três pontos de tensão que merecem atenção da nossa parte. Primeiro, é muito importante saber que, independentemente de qual dos dois seja eleito presidente, o debate sobre o TPP, aquele acordo transpacífico de comércio que foi aprovado e tem sido discutido nos EUA, impacta diretamente o Brasil. Pode promover o isolamento comercial brasileiro. Ele já foi aprovado, mas tanto a Hillary quanto o Trump sugerem que tem que ser revisto. Os dois são críticos do acordo, dizem que vai comprometer o emprego dos americanos, que

**“ Para o Brasil, ainda é importante ter relação com os Estados Unidos, mas para os Estados Unidos se torna menos relevante ter relação com o Brasil ”**

vai favorecer o interesse internacional em detrimento do interesse nacional e tudo mais. Mas de qualquer maneira o TPP impacta a relação comercial porque, de uma forma ou de outra, joga todo o eixo de negociação para os demais países da América Latina e para os países asiáticos e minimiza a importância que o Brasil tem ou possa ter na pauta comercial americana e vice-versa. Para o Brasil, ainda é importante ter relação com os Estados Unidos, mas para os Estados Unidos se torna menos relevante ter relação com o Brasil.

Depois, tem a ver com discussão sobre a predisposição em relação ao multilateralismo, mesma coisa que eu estava dizendo sobre os partidos. As pessoas tendem a achar que o Partido Democrata é mais predisposto a fortalecer as instituições, a incentivar o caminho diplomático do que os republicanos. É discutível também. No caso específico do Brasil, o acesso como membro permanente do Conselho de Segurança, que é um tema histórico da política externa, não me parece que vá sofrer grande modificação ou não é uma prioridade para nenhum desses candidatos. Um terceiro fator é o relacionamento com a China. Nesse sentido, a Hillary me parece a melhor candidata para o Brasil do que o Trump porque ele tem investido num discurso muito inflamado em relação à China. Disse várias vezes que a China desvaloriza a moeda, que pratica *dumping* e que quer rever o tipo de relaciona-

mento que os Estados Unidos praticam com a China.

E o que isso tem a ver com o Brasil? Hoje existe uma triangulação muito importante. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos têm relação com a China, a China é o principal parceiro brasileiro em várias áreas. Em comércio, em investimento e também em alguns setores de cooperação técnica. Atualmente, a política de não contestação entre Estados Unidos e China, uma política amigável, tem favorecido o ingresso da China na América Latina e os investimentos que ela faz na América Latina. No entanto, não há a mesma clareza caso a relação entre os Estados Unidos e a China se deteriore porque, talvez, ao se deteriorarem, essas relações desfavoreceriam a presença chinesa nessa região e, portanto, nós não teríamos nem o investimento americano, nem o investimento chinês, que hoje é muito importante principalmente para a área de *commodities*, alimentos e energia. A deterioração da relação EUA-China impacta a América Latina diretamente porque representa um contrabalanço de poder aqui no nosso pedaço e aí a coisa fica um pouco mais complicada.

Eu quero fazer uma ponderação final. Tudo isso que estou dizendo tem a ver com narrativas de campanha. E toda narrativa de campanha, vocês sabem, envolve provocações que não necessariamente se concretizam. No caso do Trump, em particular, que

tem sido mais agressivo, eu acho que existem dois elementos que nos acalmam, colocam ali uma dúvida sobre se aconteceria tudo isso conforme diz. Os dois têm origem webberiana. O sociólogo alemão Max Webber (*considerado um dos fundadores da sociologia*) dizia que na política existem sempre duas coisas que se deve considerar. Primeiro, as burocracias. Nós não deveríamos minimizar a importância que as burocracias têm dentro do processo político. Nos Estados Unidos, eu traduziria isso não só em burocracias, mas na própria estrutura de instituições. Os Estados Unidos não são um país que se orientam apenas por um presidente. Aliás, são um País no qual o sistema de pesos e contrapesos é muito, muito amarrado. Isso faz com que, por mais que um maluco seja eleito, não necessariamente ele consegue emplacar as pautas que deseja porque boa parte das competências para fazer algumas coisas não são do Executivo, são do Legislativo, até muito mais do que no Brasil, e encontram ali freios institucionais. E depois tem a história de ética da convicção versus a ética da responsabilidade.

É uma reflexão interessante porque, quando você fala por si mesmo, por si só, dialoga com a sua convicção, expressa as ideias que estão de acordo com aquilo que você acha. Ou com as suas crenças religiosas, políticas, filosóficas, enfim. No entanto, quando você é alocado a uma posição política, assume uma determinada responsabilidade, a sua convicção se torna refém da sua responsabilidade, no sentido de que toda convicção precisa ser ponderada em relação às consequências que ela produz. E nesse sentido, por mais que os candidatos digam o que passa pela cabeça sem muitos filtros, na medida em que eles estão incumbidos de uma função, se tornam responsáveis por lidar com as consequências de tudo o que fazem, e isso naturalmente constrange a sua predisposição de executar coisas para as quais eles não têm apoio. Por

isso eu finalizo com a ideia de que o cenário eleitoral é complicado em geral, é muito complicado para a América Latina, que está esquecida, e particularmente complicado para o Brasil, já que nos temas principais nós não temos percebido a relevância que nos é atribuída. Mas quem sabe isso seja só um processo de campanha.

**SÉRGIO RONDINO:** Obrigada professora. Agora é a vez do professor Carlos Pio.



**CARLOS PIO:** Sou um admirador dessa instituição e sem dúvida é interessante discutir o tema que foi proposto. Eu não tenho a *expertise* da Fernanda sobre o tema dos Estados Unidos e fiquei muito mais centrado na ideia do impacto da eleição americana para o Brasil, o que a gente poderia esperar.

Eu queria começar com uma provocação. Quantos de nós aqui já visitamos os Estados Unidos? Levantem a mão, por favor.

*(Mais de uma dezena de pessoas levanta a mão.)*

E quantos já visitaram a Nicarágua? El Salvador? Guatemala?

*(Ninguém levanta a mão.)*

A minha provocação é a seguinte: o Brasil tem para os Estados Unidos a importância que El Salvador, Guatemala, Nicarágua têm para o Brasil. Mas nós temos a sensação de que somos muito importantes.

“...o Brasil tem para os Estados Unidos a importância que El Salvador, Guatemala, Nicarágua têm para o Brasil. Mas nós temos a sensação de que somos muito importantes”

A Fernanda colocou uma frase do Matias Spektor, que é um excelente pesquisador argentino-brasileiro. E a gente tem umas piadas interessantes sobre os argentinos. O bom é comprar um argentino pelo preço de mercado e vender pelo que ele acha que vale. E nesse aspecto o brasileiro é muito parecido com isso. A gente se dá muita importância e a nossa diplomacia se dá ainda mais importância. Não é difícil escutar um diplomata brasileiro dizendo que nós vamos sentar à mesma mesa dos grandes e negociar ombro a ombro. Não é bem assim. De novo, nós não vamos à Nicarágua nem à Guatemala e não esperamos que numa negociação entre Brasil, Nicarágua e Guatemala a gente vá negociar ombro a ombro e dizer que estamos negociando de igual para igual na mesma mesa, certo?

O impacto das eleições americanas sobre o Brasil será muito mais importante a partir do que o Brasil fizer nos próximos anos do que a partir do que os candidatos dizem que vão fazer ou do que eles efetivamente farão. Da mesma forma que as relações entre o Brasil e a Nicarágua serão muito mais importantes a partir daquilo que a Nicarágua fizer e não daquilo que os nossos futuros candidatos disserem que vão fazer em relação à América Central ou à Nicarágua em particular. E veja que o Brasil foi muito importante para a Nicarágua nos últimos doze anos.

Eu separei duas questões como pilares para entendermos os impactos da eleição americana sobre o Brasil. Um deles é a política externa. E a política externa é dividida em três partes. Segurança, cooperação e regras internacionais, ou organismos internacionais dos quais Brasil e Estados Unidos façam parte. E o segundo canal de influência seria a política econômica, dividida de novo em duas partes. Uma que seria propriamente a política macroeconômica - o que ele vai fazer em relação ao dólar, a influência que o futuro presidente terá sobre a taxa de crescimento do país. E o segundo aspecto da política econômica seria comércio. Em que medida Hillary ou Trump alterariam as relações comerciais com o resto do mundo de maneira geral, e com o Brasil em particular - e com o Brasil sofrendo as consequências daquilo que eles fizerem na sua política comercial em relação, por exemplo, a acordos como a parceria transpácífica.

Mais do mesmo seria, obviamente, a Hillary. A gente sabe o que ela vai fazer: basicamente o que está sendo feito em relação aos sistemas importantes que nos afetam. É claro que ela tem diferenças em relação ao Obama, é claro que ela tem diferenças em relação ao próprio Clinton, mas se espera que seja algo conhecido, afinal de contas ela é do *establishment*.

O Trump é assustador no sentido de que é o desconhecido. Ou pelo menos do ponto de vista do que ele tem dito. A Fernanda frisou bem as falas dele em relação ao Brasil, mas o tema mais forte que ele trouxe sobre a América Latina para a campanha foi o muro. Os mexicanos é que pagarão o muro. Perguntam: “De onde você vai tirar o dinheiro?” E ele diz: “Eu vou fazer os mexicanos pagarem pelo muro”. E outra coisa que ele diz bastante sobre a América Latina, de novo sobre o México, é que vai impor sobretaxas às importações mexicanas em 35%. Ele diz assim: “Um carro mexicano que chegar aos Estados Unidos será sobretaxado na fronteira em 35%”. De tal modo que a gente pensa: será que é só para o México ou para a gente também? Para a China, ele diz que vai ser 45%. E que, em média, para o resto do mundo, ele vai aumentar as alíquotas de importação em 20%. Elas são muito baixas, em média 3%, e ele diz que vai subir esses 20% sobre esses 3%.

As coisas que ele diz que quer fazer apontam justamente para a irrelevância do Brasil. Na política externa, o primeiro ponto da agenda dele é impedir a propagação e o alcance do islã radical. E esse discurso sobre política externa foi considerado um ponto de inflexão, diziam que ele tinha se tornado um pouquinho mais reflexivo. Eu reli o discurso recentemente e tudo que dá para entender é velho ou é muito pobre do ponto de vista de sofisticação sobre como o mundo funciona. Mas não dá para entender o que ele está falando na maior parte do discurso.

O segundo aspecto: ele diz que vai reconstruir as forças armadas e a economia americana, as duas coisas interligadas. Talvez isso seja bom para a Embraer, que no mercado americano se coloca como uma empresa americana de tecnologia de aviação. O terceiro ponto é renovar e modernizar o arsenal nuclear americano. Quarto, mudar o comércio, a imigração e



as políticas econômicas para fortalecer novamente a economia americana. Vejam: ele é candidato a presidente dos Estados Unidos, não candidato a presidente do mundo. Então, é natural que a retórica seja voltada para dizer: “Vamos fazer tudo para os Estados Unidos”. Não vamos fazer igual a um ex-presidente nosso, que numa palestra na London School disse que “o problema dos americanos é que eles pensam primeiro neles, segundo neles e terceiro neles”. É razoável que ele esteja falando sobre o que ele acha que vai engrandecer o país dele.

Mas mudar o comércio, a imigração e as políticas econômicas, isso dá um sentido de que ele vai ser mais protecionista, mais voltado para dentro. Depois, desenvolver a política externa baseada nos interesses fundamentais da segurança nacional dos EUA, e especialmente nas relações pacíficas e amistosas com Rússia e China. São duas coisas positivas. Mas ele diz assim: “Eu vou negociar com esses caras com boas intenções e se eles não tiverem boas intenções comigo eu me retiro da mesa”. Essa é a questão básica, mas quando o Obama foi candidato pela última vez, ele dizia isso em relação ao Irã e foi muito criticado. E efetivamente conseguiu um acordo nuclear com o Irã.

As notícias sobre a economia do Irã, algo que poderia afetar positivamente o Brasil, são muito interessantes. Infelizmente, em vez de comprar avião da

Embraer, a Iran Air está renovando a frota com aviões da Boeing e da Airbus, mas eventualmente poderia se refletir no que nós fazemos. Então, mais estabilidade nessas relações, melhor potencialmente para a gente. Mas depende de como nos colocamos, depende de como nós abrimos esses mercados. E, por último, revigorar valores e instituições ocidentais - e nas palavras dele - em vez de tentar espalhar valores universais, como a democracia, que nem todos compartilham. Então, esses são os principais pontos do Trump em relação à política externa.

Fala-se cada vez mais em como ele admira o presidente russo Vladimir Putin. Claro que isso desperta todo tipo de preocupações, porque não só do ponto de vista da ação externa em segurança o Putin aumentou a instabilidade na sua região, mas do ponto de vista econômico a Rússia foi por água abaixo, a despeito da forma como é visto no país, um líder que efetivamente entende a alma russa e faz aquilo que orgulha os russos. Este talvez seja o ponto que os torna mais próximos. Então, ele diz: “Olha, os Estados Unidos, como potência, estão com os seus recursos se exaurindo, os nossos aliados não estão pagando a sua parte, são caroneiros, eles se apoiam na gente e na hora de entregar o que eles combinaram, não entregam e nós temos que dar mais. E os nossos líderes são fracos. Obama e Clinton foram fracos”. Obviamente, quando ele faz qualquer crítica a líderes americanos, são só os democratas. Inclusive, quando ele fala mal das guerras no Oriente Médio, aponta Clinton e Obama, deixa um espaço interessante de três presidentes que fizeram a guerra.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Ele disse recentemente, no pós-Orlando (*atentado terrorista em junho de 2016, na boate LGBT “Pulse”, no qual morreram 50 pessoas e outras 53 ficaram gravemente feridas*), que

a culpa pela ascensão da Al Qaeda é do Clinton, e esqueceu o Afeganistão e o Iraque, que aconteceram no meio do caminho.

**CARLOS PIO:** “Nossos amigos estão começando a se questionar se podem depender de nós”. Obviamente, os nossos amigos não são da América Central nem da América do Sul, não são da África; os nossos amigos são principalmente da Europa, e em alguma medida os países que se tornaram aliados americanos nas regiões mais complicadas, especialmente no Oriente Médio.

“Nossos rivais não nos respeitam e a América já não tem uma compreensão clara de seus objetivos de política externa.

Esses são os cinco pontos destacados pelo próprio Trump como os mais importantes no seu discurso sobre política externa. São as palavras dele, e o meu trabalho aqui simplesmente foi traduzi-las.

O que ele propõe como política econômica? Não tem Brasil, não tem América Latina. Ele diz assim: “Eu vou eliminar o imposto sobre herança”. Qual é a nova política econômica para promover o crescimento dos EUA? Eliminar o imposto sobre herança. Não sei se vocês sabem, mas nos Estados Unidos o imposto sobre herança é muito forte. Eu traduzi como imposto sobre herança, mas o Trump usa a expressão imposto da morte - *death tax*. É claro que isso faz com que os americanos bem afortunados transfiram boa parte da sua herança em vida para não serem surpreendidos tendo que pagar imposto na entrada do purgatório ou do céu. Então, eles transferem antes para os filhos, criam instrumentos legais para fazer essa transferência.

Reduzir taxas de impostos sobre ganhos de capital e de dividendos, eliminar impostos sobre as empresas, impor cobrança de 15% sobre transferência

de trabalhos para o exterior. Então, empresas de telemarketing que estão localizadas na Índia ou no México, muito utilizadas por empresas americanas atuando tanto para o mercado anglo-saxão quanto para o mercado em língua espanhola, seriam sobretaxadas. E 20% para bens importados em geral -35% sobre o que vem do México, como já falei, e até 45% de aumento sobre o que vem da China. Aumentar a base de contribuição do imposto de renda e estabelecer o teto desse imposto em 15%, que é absurdamente baixo para um país do nível dos EUA.

Outra frase do Trump em relação à política econômica. O Estado-Nação continua a ser o verdadeiro fundamento para a felicidade e a harmonia. E o que o Estado-Nação vai fazer? Vai olhar para o seu próprio umbigo. Ele é contrário a acordos internacionais porque, segundo ele, isso aprisiona a política americana, o uso da política econômica nos EUA. E aí ele vai dizendo coisas sobre esses acordos que os EUA foram fazendo. Diz que na África foi um desastre para os EUA. A entrada da China na OMC, que foi apoiada pelos EUA nos anos 1990, foi um desastre para os EUA. Desastre é uma palavra que ele gosta muito. Punir empresas que deixam os EUA vai ser a regra. E o México, por causa do NAFTA, vai acabar virando a nova Detroit, a cidade dos automóveis. E isso é inadmissível. É uma visão de política comercial, especialmente, que diz: nós temos que produzir praticamente tudo que for possível dentro do nosso território.

Obviamente, essa retórica não é estranha ao que nós temos no Brasil também. Há uma ideia muito comum aqui, de que protecionismo comercial gera enriquecimento do país. Até fiz um tuíte brincando com isso: será que pelo estômago a gente descobre que protecionismo é ruim? Porque o Michel Temer baixou o imposto de importação sobre o feijão. Não vai conseguir importar feijão carioquinha, não é? Mas vai con-

seguir importar outros tipos de feijão. Mas se baixou para o feijão por que não baixa para o resto? Mas poucos de nós vão aceitar a ideia de que deve ser feita uma redução de tarifas muito importante - e, diferente dos Estados Unidos, a gente tem tarifas muito elevadas. A média americana é em torno de 3% e a média brasileira é superior a 14%, com picos muitos fortes e proibições ainda vigentes. Então, não é estranho que um líder como Trump fale isso em outros lugares do mundo. Estamos acostumados a ouvir a retórica protecionista e sabemos que muita gente ganha com o protecionismo. Infelizmente, ganham pouco e perde a grande massa, que tem que pagar mais caro por tudo aquilo que é protegido.

O que podemos esperar de uma eventual presidência de Trump? Tudo depende do que nós fizermos, e há muito espaço para fazer coisas inovadoras. E infelizmente, seja o governo de esquerda ou de transição, nossas ideias são muito atrasadas do ponto de vista econômico e não vamos tirar proveito de absolutamente nada, seja com o Trump, seja com a Hillary. Especialmente em termos econômicos e comerciais. Mas o que a gente pode dizer? Brasil e América Latina estão relegados à absoluta irrelevância na política externa dos EUA. O que a gente pode fazer em relação a isso? Colocar os Estados Unidos no topo da nossa agenda. Se nós pensarmos que enquanto eles não nos chamarem para conversar, nós não os chamaremos para conversar... É a Nicarágua dizendo "enquanto o Brasil não me chamar para conversar, eu não chamo o Brasil para conversar". Mas nós podemos ter várias reações em relação a isso, certo?

Multilateralismo enfraquecido. Os americanos, desde os anos 1970, mudaram a sua preocupação, que era essencialmente multilateralista, dando ênfase não só às instituições de segurança - o que continua forte -, mas principalmente ao ponto de vista econômico co-

**“ Porque a gente, apesar de ter avançado muito em todas essas áreas, continua com uma relutância em fazer o que tem que ser feito. Em ter regras internacionalmente aceitas como boas práticas. Tem avançado, mas relutantemente, e os últimos 13 anos mostram que são muito fortes essas resistências ”**

mercial, aceitando toda uma agenda de protecionismo que não foram eles que criaram. Eles são sempre muito mais abertos do que todos os outros. Eles simplesmente disseram, se a Europa fica brincando de jogar dentro de casa, de fazer Eurocopa, eu também vou fazer a minha Copa América aqui. Não vou me abrir ao resto do mundo enquanto o resto do mundo se fecha para os Estados Unidos. Eles estão errados de qualquer jeito. Mas eles estão tendo essa reação de dizer "se não me chamam para conversar, eu também não chamo". Então, a mesa multilateral está cada vez mais enfraquecida e continuará difícil levá-la adiante.

O que nós podemos fazer em relação a isso? A resposta do governo Temer foi: "Nós faremos acordos bilaterais de comércio". Não falamos em Estados Unidos, porque de uma maneira geral a gente quer visitar o Pato Donald, mas a gente não quer fazer negócio a sério com eles. "Eles querem nos explorar, eles são mais fortes e tal". A gente fala dos europeus e pensa em gente mais sofisticada, não é? Sueco, dinamarquês, finlandês... parece que eles não vão nos explorar tanto assim. Não tem nenhum espaço para fazer acordo de livre comércio com a União Europeia, nenhum espaço. Nós estamos brincando disso há 15

anos e nesse tempo todo a União Europeia, junto com os Estados Unidos, começou a fazer mais e mais acordos que tem a ver com regras. E esses acordos que têm a ver com regras são essencialmente aquilo que no debate político brasileiro as pessoas dizem assim: "Mas isso é capitalismo!". É capitalismo. Eles querem a economia mais aberta, a defesa da concorrência, querem empresas estrangeiras ofertando em condições de igualdade, participando de editais para compras de governos. Querem mais e mais garantias a investidores estrangeiros, inclusive nos setores de serviços que têm a ver com propriedade intelectual. Porque a gente, apesar de ter avançado muito em todas essas áreas, continua com uma relutância em fazer o que tem que ser feito. Em ter regras internacionalmente aceitas como boas práticas. Tem avançado, mas relutantemente, e os últimos 13 anos mostram que são muito fortes essas resistências.

Liberalismo comercial ameaçado. De novo, eles não vão abrir a economia deles se o Trump for presidente. E aí, de novo, nós devemos abrir a nossa economia sem eles abrirem - ou se eles não abrirem a gente também não abre? Nós sempre fizemos a segunda coisa... Na verdade nós fizemos uma terceira coisa, que é dizer



o seguinte: “Mesmo que eles abram, a gente não quer abrir”. Se a gente continua nessa toada, continua tirando zero de proveito da estratégia de abrir sozinho, de abrir primeiro, de abrir mesmo que os outros se fechem. E a gente tem todas as condições para fazer isso, uma abertura unilateral. Fizemos isso com o Colômbia, nos anos 1990, com excelente resultado de médio prazo, em condições muito parecidas, do ponto de vista econômico, com as que a gente tem hoje.

Maior resistência na OMC a políticas industrial e comercial ativas. Isso me parece que é talvez o instinto do atual ministro das Relações Exteriores, José Serra. Fazer política industrial e comercial ativa significa dar não no mesmo nível de volume financeiro, mas colocar BNDES e APEX para financiar empresas exportadoras escolhidas pelo staff responsável por isso, pelos burocratas. E, por outro lado, fechar seletivamente. Ninguém vai dizer que vai fechar burramente. É fechar estrategicamente. O que é decidido em Brasília - eu vivi a minha vida toda em Brasília - está muito longe de ser aquilo que nós chamaríamos de estratégico. Tem muito mais a ver com o que é estratégico para financiamento de campanha, com o que é estratégico para ganhar favores de determinados setores da economia do que propriamente dizer que é estratégico porque

vai dar resultados muito positivos.

E, por fim, e a coisa mais básica: se Trump é eleito presidente e faz o que ele diz que vai fazer do ponto de vista da economia, a gente tem que se preparar para um dólar muito baixo, o que significa muita dificuldade para a indústria brasileira, para todo setor econômico brasileiro, de vender mais para os EUA e para outros países com os quais concorreremos com produtores americanos, inclusive commodities.

Mesmo com esse potencial de notícias ruins, o impacto das eleições americanas sobre o Brasil depende daquilo que nós vamos fazer. E nós somos essa Nicarágua na política externa, quando olhamos para a importância do Brasil na política externa americana.

**SÉRGIO RONDINO:** Eu quero abrir a sessão de perguntas com uma questão: o Trump tem sido descrito frequentemente como um sujeito meio atrapalhado, meio bobão... A minha pergunta: qual é o risco de um país como os Estados Unidos eleger um candidato populista desse tipo? Há algum tempo, em um jantar com amigos americanos da Flórida, no começo da campanha, alguns deles falavam de Trump com uma certa galhofa. Mas havia uma casal ao meu lado e percebi que o marido falava com sua mulher de-

fendendo Trump: “Alguém tem que salvar o país”, dizia ele. E eu pensei: “Mas salvar de quê?”. Provavelmente há alguma coisa que leva o americano médio a sonhar com um líder populista como esse. Vocês acham possível?

**FERNANDA MAGNOTTA:** Desde os anos 1970 se discute muito nos EUA essa questão do populismo. Donald Trump representa uma parcela muito específica, dentro do Partido Republicano, que se utiliza de uma retórica bem vazia, e nesse sentido parecida com o que a gente vê em outros lugares do mundo, e que até torna um pouco difícil identificar qual é a plataforma ideológica dele. O professor Carlos fez um exercício que é louvável no sentido de que é um grande esforço extrair o que seria a matriz que ele sugere, que ele propõe na campanha, porque a campanha é permeada de ambiguidades.

Para tudo isso que foi apresentado pelo professor Carlos Pio existem manifestações do próprio Donald Trump que contrariam as próprias ideias que ele já tinha apresentado. Por exemplo, Wall Street, que aparece sempre nos discursos dele. Ele diz que Wall Street é um problema para os Estados Unidos. Wall Street e a criatividade financeira são problema e precisam ser combatidos porque, de alguma forma, isso prejudica o interesse econômico dos Estados Unidos. Em contrapartida, quando a gente toma nota do plano econômico que ele já divulgou, todas as medidas relacionadas a Wall Street são de afrouxamento da regulação que foi levantada em 2009, pós-crise. Então, o mesmo candidato que verborragicamente anuncia que vai endurecer contra Wall Street, também é o candidato que propõe medidas de menor austeridade. Não dá para entender.

O mesmo candidato que fala sobre tributação de grandes fortunas, heranças, propõe uma agenda mais

dura nesse sentido, é o candidato que quando é perguntado sobre déficit público - como é que a gente paga a conta, porque faz toda essa modificação de tarifas e a conta não fecha - diz: “Eu vou convocar uma equipe que vai dar conta de resolver”. Daí, quando é questionado a respeito de quem é a equipe, tanto em política econômica quanto em política externa, ele diz: “Mais três meses e eu vou dizer quem são. Mais quinze dias...”. E assim tem passado mais de um ano sem que ele anuncie sequer as pessoas a quem ele está associado.

Então, eu diria que o populismo é evidente já na campanha e possivelmente num eventual governo. Isso fica mais claro ainda quando a gente cruza a fala do Donald Trump com as pesquisas de opinião. Eu tive a chance de fazer uma pesquisa que vai ser publicada resumidamente na *Folha de S Paulo* nos próximos dias, que mostra o seguinte: 100% da suposta plataforma que o Donald Trump defende condiz com as pesquisas de opinião que saem nos Estados Unidos. E isso faz com que ele seja um candidato tão volátil assim, na medida em que as pesquisas sinalizam caminhos diferentes. Então, por exemplo, ele dizia há três, quatro meses: “Eu sou absolutamente contrário ao restabelecimento das relações com Cuba”. Defendeu o embargo publicamente algumas vezes e tudo mais. No entanto, hoje o discurso dele é que a revitalização dessa relação é absolutamente produtiva e favorável ao interesse dos Estados Unidos. O que aconteceu no meio do caminho? Uma série de pesquisas encomendadas por diversos institutos dos Estados Unidos tentando capturar qual era a percepção da sociedade americana. A sociedade americana, que é supercrítica em relação à aproximação com o Irã, em geral costuma sinalizar positivamente para a aproximação com Cuba. Então, ele vai moldando a opinião dele em relação aos vários temas em função do que a opinião pública mani-

festa. É o auge do populista, o populista de primeira classe. Aquele que fica todo dia no *Real Clear Politics* atualizando o site para ver como vai se posicionar.

Agora, como eu explicaria isso do ponto de vista social, por que os Estados Unidos chegaram a esse ponto? Me parece que existe uma grande resistência às políticas do Obama e do que ele representa, não só do presidente, mas da plataforma mais social democrata que o Obama representou dentro do que os Estados Unidos estão acostumados a fazer. Então, quando a gente olha, por exemplo, para a aceitação do sistema de saúde que foi implementado, o Health Care, o Obama Care. Quando a gente olha, por exemplo, para algumas medidas que foram tomadas do ponto de vista comercial, algumas questões relacionadas à política externa, há uma grande taxa de rejeição e a associação do presidente Obama ao enfraquecimento dos Estados Unidos. Não é à toa que o slogan do Trump é *Make America Great Again* (*faça os Estados Unidos grandes de novo*). Então, eu acho que o populismo deriva do fato de que... vou falar uma coisa que carece ainda de dados, precisaria fazer uma pesquisa para ver isso. Mas eu tenho a sensação de que aconteceu lá um processo parecido com o que aconteceu no Brasil. No sentido de que os últimos governos, não só o do Obama, estiveram muito preocupados em olhar para as pontas, socialmente falando, para os mais ricos e para os mais pobres, e discutir com os mais ricos e com os mais pobres. E, em geral, houve um abandono da classe média. Isso fez com que a classe média fosse empobrecida, o poder de compra, a paridade de renda, enfim, todos os índices se tornaram decrescentes nos Estados Unidos, quando se olha para a classe média. E a classe média é a massa do eleitorado. Então, talvez essa seja uma manifestação da classe média em relação ao que eles reconhecem como o político tradicional.

Não é o voto pelo Trump, por aquilo que ele representa, por Trump dialogar com o que eles acreditam, com a ideologia que eles defendem. Não. Até porque ninguém até agora sabe qual é a ideologia que o Trump defende, ele muda de ideia toda hora. A questão é o que eles - a classe média americana - não quer. E no caso, eles não querem o que está aí colocado ou qualquer um desses figurões que sejam a continuidade da classe política. No Partido Democrata foi exatamente a mesma coisa. Quando as pessoas olham para o fenômeno do Bernie Sanders, o concorrente da Hillary, é absolutamente o mesmo processo. É um outro tipo de populismo e tem a ver com a grande rejeição do *establishment* democrata. As pessoas diziam, quando essa eleição começou: vai ser mais uma eleição Bush x Clinton, porque o preferido dos republicanos era o Jeb Bush, irmão do Gerge W. Bush, filho do Bush pai, o governador da Flórida, enfim, conhecido. Os republicanos apostavam tudo nele. E do outro lado estava Hillary Clinton. O eleitorado americano surtou. Disse: "A gente está insatisfeito com o que está aí, e vocês vão refazer a eleição dos anos 1990?".

Eu vejo o Trump menos como a expressão do que pensa o americano, não acho que o americano deseja o Trump. Mas acho que é um tipo de manifestação de rejeição e uma forma de obrigar o *establishment* político americano, que no final vai continuar em cena, a repensar algumas das suas políticas. Na minha opinião, é uma manobra, é um tipo de manifestação, ainda que seja preocupante.



**ROBERTO MACEDO:** Todas essas ideias do Trump passam pelo Congresso, pela burocracia? Isso vai funcionar? Eu tenho uma pergunta específica para o Carlos Pio. Você



colocou uma questão que até agora eu não tinha visto no debate: se o Trump for eleito, o dólar vai ficar barato. Para o dólar ficar barato teria que ocorrer uma saída de capital dos Estados Unidos. Eu não entendi o seu argumento. O Trump é um populista e capta interesses difusos e insatisfação da sociedade em geral. Agora, na hora de fazer, se ganhar, é outra história.

**CARLOS PIO:** Eu acho os dois pontos extremamente importantes. Não só se passa pelo Congresso, mas quem é que vai pilotar o governo Trump? Na área de política externa e no time econômico ele está extremamente atrasado para conseguir angariar o mínimo de apoio. Normalmente é em abril que eles noticiam quem são os seus times. Dizem que nem o Google consegue encontrar os currículos das pessoas que ele indicou. E o próprio *staff* de política externa associado ao partido republicano - por exemplo, Richard Haas, que inclusive veio recentemente ao Brasil - se nega a discutir qualquer ponto de política externa que o Trump fale. É muito importante a gente perceber que o governo depende das pessoas que estão com ele. O presidente tem muito pouco tempo. Então, quem vai efetivamente governar junto com ele é uma informação extremamente importante, mas ele não tem demonstrado ter essas pessoas. Então, não só é difícil passar no Congresso como está sendo muito difícil indicar pessoas.

Sobre o dólar fraco, seria pretensão minha debater com o senhor esse tema. Eu estou chamando a atenção para isso: com as políticas que está defendendo em relação ao comércio, ao investimento, Trump - se eleito - vai se parecer com o Ronald Reagan. E em um mundo mais integrado como temos, qualquer ameaça de inflação mais alta, de déficit público fora de controle, tende a gerar algum tipo de fuga de capital. E o próprio protecionismo, com o passar do tempo, vai gerando alguns tipos de impacto inflacionário. De novo, eu acho que não vai acontecer, mas que tem muito espaço para erro de política macroeconômica, tem. E a resposta do Bush filho à crise de 2008-2009 mostrou isso, uma situação em que você pode conseguir mobilizar um volume de capital muito significativo não necessariamente da forma que é mais razoável de acordo com o que se tem de pensamento econômico. A forma com que eu pude simplificar isso foi esta: mais inflação nos EUA, menor eficiência econômica e tendência a ter uma repercussão em um dólar mais fraco.

**ROGÉRIO SCHMITT:** O Macedo mencionou o Congresso. Ninguém falou ainda, mas vamos ter eleição no Congresso também, simultânea à eleição presidencial. Hoje, o Congresso americano é republicano tanto no Senado quanto na Câmara. As pesquisas dizem que os republicanos devem manter a maioria na Câmara, mas deve haver no Senado maioria democrata. O que não significa necessariamente que, na eventualidade de ser eleito um presidente republicano, o Trump não vá conseguir aprovar nada. O Obama governa tendo minoria no Congresso. Algumas coisas ele consegue; outras, não. Sobre o Trump não ter indicado ainda os seus nomes, a minha intuição é de que ele está esperando a convenção republicana. Vai ser uma oportunidade para que haja uma pactuação dele com o *establishment* do partido. Precisamos ver quem será

o vice-presidente que vai compor a chapa dele. É extremamente provável que seja um nome bem do *establishment*. Alguém da máquina partidária. Aí, depois de feita essa pactuação com o *establishment*, anuncia nomes de peso para compor o time.

**CARLOS PIO:** Difícil é saber quanto ele pode esperar para o anúncio desses nomes, porque também seriam nomes que poderiam criar essa ponte com o *establishment*, e quando ele resiste a isso, quando ele sai com nomes que são muito fora do esquadrão, cria mais resistência. Então, é um processo difícil de enquadramento ao partido, que ele precisa, se não para ganhar as eleições, para governar.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Um comentário adicional. O principal financiador do Partido Republicano anunciou, logo que o nome do Trump ganhou mais força, que estaria pessoalmente engajado na causa de eleger um Congresso favorável ao *establishment* republicano e, portanto, avesso às propostas do próprio Trump. Então, ele retirou todo o apoio financeiro dado à campanha e disse que só não faria mais do que isso - uma referência a se desfiliar do partido - porque ele acreditava que o próprio Partido Republicano precisaria contrabalançá-lo. Então, o professor mencionou o Congresso e é muito importante pensar no Congresso, não só porque haverá eleições, não só porque a maioria das casas impacta o tipo de política que o presidente quer fazer, mas também porque dentro do próprio Partido Republicano tem essa força de criar contrabalanço a partir do incentivo a outros grupos concorrentes. Hoje eles falam em cinco grandes grupos dentro do Partido Republicano, que têm ideias e visões de mundo bem diferentes e tentam emplacar os seus candidatos dentro da convenção e no processo das prévias.

Eu, pessoalmente, acho que o Trump não vai ser eleito, acho que nada indica isso. Mas acho que, se porventura isso acontecer, ele terá um monte de lição de casa para fazer. Para constituir a equipe não seria fácil, para conseguir não só maioria nas casas, mas maioria dentro do partido dele, seria difícil. E obviamente teria que dialogar com os canais sociais, que, claro, fazem também pressão. Tem alguns episódios, não vou falar todos porque não vou me estender demais, que são bem curiosos. Por exemplo, recentemente ele disse que, se for eleito, vai declarar uma intervenção imediata dos Estados Unidos na Síria para conter o avanço do Estado Islâmico. Ele, que há dois meses dizia que a Síria não era problema nos Estados Unidos e não queria se envolver, agora está sugerindo *boots on the ground*. Ele diz que é uma exceção porque "o islã radical nos afeta". Quer dizer, é uma prioridade... *Boots on the ground* é uma expressão usada para dizer que vai invadir por terra, a guerra tradicional. Ele disse: "Bom, vamos lá praticar a invasão por solo. Vai ser a exceção que eu vou sugerir na minha política externa em termos de intervencionismo". Só que, além de ser um instrumento retórico, ele esqueceu de uma parte importante, que são as competências de cada um dos poderes. E, nos Estados Unidos, a declaração de guerra é uma atribuição exclusiva do Congresso. O presidente, o chefe do Executivo, é o que se chama de comandante-em-chefe. Então, uma vez dentro de um conflito, quem conduz as tropas, define as estratégias, aí sim é o presidente. Mas não é o presidente o responsável por declarar o conflito, por fazer a guerra. Isso é o Congresso que faz.

Inclusive, historicamente, há vários casos polêmicos. O Obama foi fazer a zona de exclusão aérea na Líbia e o Congresso pediu o impeachment por isso. Falou: "O Obama não tem competência para fazer

zona de exclusão aérea. Ele passou por cima do Congresso". Foi parar na Suprema Corte, que julgou e disse: "Mas isso não é guerra. É um mecanismo e não sei o que lá"... E aí fez um enquadramento que deu certo. Mas, no final das contas, muito do que ele diz sequer reflete a competência que um presidente tem, ainda que tivesse as intenções.



**RUBENS FIGUEIREDO:** Há um artigo do Andrew Sullivan, ele é um analista britânico que mora nos Estados Unidos. Ele faz uma reflexão no artigo "Trump e os limites da democracia". Começa com a reflexão de Platão dizendo que a tirania vem sempre depois que a democracia se estabelece, se consolida e se aprofunda. E quando a democracia chega nesse estado, ela perde um pouco a graça. Todo mundo tem opinião, todo mundo é livre, a coisa se acomoda, e vem o tirano e organiza as correntes de opinião difusas na sociedade. Ele diz: "Quando os fundadores da pátria fizeram a Constituição e as primeiras leis, só podia votar o agricultor, aquele que tivesse terra, e as regras para você se tronar um candidato a presidente da República eram muito rígidas. Depois houve uma expansão absurda do eleitorado e a elite foi perdendo poder. O Trump não é do *establishment* do Partido Republicano. Ele não é independente, mas ele é um *outsider* no partido. A elite econômica perdeu a força. Na política, o Obama

se elegeu com microcontribuições individuais dos eleitores e a elite da mídia perdeu poder porque hoje, com as redes sociais, cada pessoa é um meio de comunicação.

Então, ele fala assim "Nos Estados Unidos, todo mundo tem opinião sobre tudo e o anormal virou o branco, heterossexual e classe média". Esse é o demonizado nos Estados Unidos de hoje, ele diz. E se criou nos Estados Unidos uma coisa que a Fernanda citou, uma nova classe pobre. Aqui no Brasil nós tivemos uma nova classe média, lá eles têm uma nova classe pobre. Que pensa que está frustrada, desesperançada e com pressa. Passaram por um momento difícil na economia, de recessão, e agora eles têm pressa. E aí chega o Trump, que era o Roberto Justus, O Aprendiz, que é um programa de sucesso extraordinário, com quatorze temporadas, uma figura conhecida. Patrocinava lutas de boxe, tem uma vida que um milionário tem. E ele fala assim: o rico não precisa roubar. Eu já sou rico, eu não preciso roubar. Ele não é só pitoresco, ele representa o heterossexual branco, classe média, que mora no interior e fala: "Esse cara pensa do jeito que eu penso. O anormal é o muçulmano, o mexicano que vem aí". E começa a apoiar causas impossíveis. Como é que vai construir um muro e convencer o México a pagar o muro? É um negócio completamente surreal. Outro dia o muçulmano assassino de Orlando, Omar Mateen, comprou um rifle sendo vigiado pelo FBI. Como é que o Trump vai fazer para descobrir se o muçulmano que entra nos EUA é terrorista ou não?

Será que estamos diante de um fenômeno? A sociedade americana está se tornando mais à direita? Será que as instituições e o Congresso vão ter força, na hipótese de o Trump vencer, para reduzir esse fenômeno autoritário, preservar a democracia americana, que é um exemplo para ao mundo inteiro?

**CARLOS PIO:** Você tem razão quando chama a atenção para a relação do Trump com esse eleitor do EUA profundo. Só que esse eleitor sempre esteve lá. Na política estadual sempre foi uma força muito forte. E alguns dos temas que você citou, que a gente tende a achar que o Trump traz pela primeira vez ou ele expressa como uma novidade, são temas fundamentais da constituição da história americana e da política americana em todo o seu período.

A discussão sobre armas, por exemplo, que parece estapafúrdia para a gente. O sujeito pode comprar armas mesmo que ele esteja na lista de *no fly*. Ele não pode entrar num avião, mas pode comprar armas. E aí a discussão *strictu sensu* entre os políticos é que isso é direito constitucional, e o direito de voar não é constitucional. Como é que você resolve? Há uma constituição difícilíssima de ser alterada - não é como aqui, onde você faz três quintos das duas casas em duas votações com intervalo de cinco sessões e pronto. Você tem que votar nas assembleias estaduais a mudança constitucional. Então, não tem mais mudança constitucional nos Estados Unidos, só se for por calamidade absurda. E o constitucionalismo americano vai discutir novos temas na Suprema Corte, mas os temas constitucionais que estão lá previstos, escritos com toda a clareza, a Suprema Corte não entra nisso. A gente tem dificuldade em entender as coisas mais sutis e diferentes da política americana porque ela é muito diferente de nós. O próprio formato da eleição presidencial, ou do federalismo americano. A gente vê isso: adolescentes, naquelas séries americanas, o caszinho atravessa a fronteira e pode se casar do lado de cá da fronteira, não pode se casar com menos de 18 anos. Pelo nosso federalismo, vem de cima para baixo, foi uma repartição de poderes e

a União deu o mínimo que podia para os Estados. Lá é o contrário. Ninguém nem queria ter o Distrito Federal no seu território. Esses dilemas da política americana são muito antigos. Talvez a expressão do Trump seja até interessante porque traz para o mundo contemporâneo alguma coisa que é o discurso nu e cru dos EUA profundo. Nós podemos portar armas, nós podemos isso, nós não queremos imigrantes. E o embate com a modernidade, com o que vem de fora, o que tem em Nova York, o que tem nas grandes capitais, é o que pode dar dinamismo a isso.

**RUBENS FIGUEIREDO:** Não é tão antigo assim, Carlos. Essa revolução da comunicação, por exemplo, é algo de 15, 20 anos para cá. E o *american way of life* que eles sempre colocaram para o mundo como a melhor maneira de viver, hoje está em cheque porque o anormal, segundo o Sullivan, é o heterossexual americano. Os normais foram demonizados. Acho que isso é o novo nesse processo todo. O que você falou, tem toda razão, mas acho que tem que acentuar esse caráter, tanto de comunicação como de expressão de valores que o Trump representa. Ele fala assim: "Você é o normal". E ninguém estava falando isso para ele.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Posso fazer um aparte sobre o caso de Orlando? É uma questão que, toda vez que for possível reforçar, é importante fazer. Agora parece que a coisa ficou um pouco mais equilibrada, mas para qualquer pessoa que se dedica ao estudo do terrorismo ou a conhecer um pouco sobre as origens dessa coisa que vire e mexe acontece nos Estados Unidos, esses massacres envolvendo armas, tem algo que parece muito claro e que não tem sido apresentado dessa maneira por boa parte das pessoas. Aquilo que aconteceu não foi um ato de ter-

rorismo. Pelo menos não como se tentou fazer parecer. Ou seja, um ataque do Estado Islâmico em solo americano.



**PEDRO PESSOA:** O assunto fundamental nas eleições americanas vai ser o debate sobre armas. Esse acontecimento de Orlando não foi obra do islamismo, foi um americano. E mais uma coisa: hoje a nação americana tem 45 milhões de descendentes latinos, que vão fazer a diferença.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Não foi um ato de terrorismo. Não houve nenhum tipo de coordenação em relação a esse ato. O que houve foi uma auto-proclamação. Talvez uma tentativa de se fazer mártir. O indivíduo liga para a polícia e diz: "estou fazendo isso em nome de não sei mais o quê", embora as investigações não apontem para isso. Claro, para o Estado Islâmico é muito conveniente, no momento em que eles estão sendo enfraquecidos na Síria e no Iraque, em que várias cidades estão sendo retomadas, dizer "claro, qualquer ato proclamado em nosso nome é a expressão da nossa força". Mas, de fato, não parece o caso. Parece mais o caso de discutir, por exemplo, homofobia, acesso às armas, do que necessariamente discutir terrorismo. Isso que você falou sobre o voto latino, o voto de estrangeiros em geral, é muito importante. Justamente pelo que os professores já comen-

taram, a demografia eleitoral nos EUA importa muito, porque não basta ganhar, tem que ganhar nos lugares certos, porque é onde pontua colégio eleitoral, é onde leva aos 270 votos. Um dos Estados que mais oscilam é a Flórida, que é um Estado cuja demografia foi muito alterada pela imigração e que foi responsável por definir as eleições em quase todas as últimas votações que nós tivemos. Inclusive, no Obama 2012, o voto latino decidiu a eleição.

**CARLOS PIO:** O latino, nos Estados Unidos, não é o latino-americano que a gente conhece aqui. Ele tem uma mentalidade muito distinta. O latino-americano de segunda, terceira geração, que é o cara que vai votar, é um sujeito que se fez nos EUA. E isso faz muita diferença. Não tem uma demanda dos latinos para transformação dos Estados Unidos a partir de valores, princípios latino-americanos. O que eles pedem é corte de preconceitos e assimilação maior do que propriamente a transformação dos valores americanos. Ele não é necessariamente democrata, por exemplo. Diferente dos negros americanos, certo?



**RAFAEL AUAD:** Duas perguntas para a gente fazer um esforço imaginativo com relação ao impacto das eleições americanas na democracia como um todo. O Donald Trump ser o candidato republicano coloca em cheque o sistema norte-americano



de prévias nos partidos? A segunda: especificamente no cenário brasileiro, já foi pontuada por vocês essa questão do eleitorado buscar o apolítico ou o não político convencional como seu representante dentro do novo cenário. A eleição, tendo o Donald Trump como candidato, terá um reflexo no Brasil na ascensão de candidatos não políticos que disputem as eleições majoritárias ou proporcionais desse ano em diante. E esse impacto será positivo ou negativo? E terá influência, dependendo da votação que o Trump terá também?

**ROGÉRIO SCHMITT:** Sobre a segunda questão, eu não consigo ver uma relação direta entre o que acontece lá, o perfil dos candidatos lá e aqui. Sobre a primeira pergunta, eu acho que pode haver, sim, talvez uma revisão do sistema de prévias, mas não um abandono. Eu acho que é algo que está muito consolidado na cultura partidária americana. É, aliás, um

método bastante inteligente de escolha de candidatos. Certamente mais democrático do que o método que os partidos brasileiros utilizam, que é o dedaço. E juntando o que você falou com o comentário do Rubens, eu não vejo assim grandes possibilidades de a democracia americana correr riscos com a vitória de fulano ou de beltrano. E não resisto a fazer uma pequena provocação. Se a democracia americana resistiu ao Obama, eu acho que ela resistiria também ao Trump.



um ditador com essa fala que ele tem...

**PROFESSORA GISLAÏNE:** Mas e se o Trump for um ditador? Não há o risco de o americano estar elegendo gato por lebre? De ser

**FERNANDA MAGNOTTA:** Quando a gente olha para o personalismo, naquilo em que ele pode fazer depois de eleito, sim. A gente nunca está, necessariamente, preservado do estelionato eleitoral. O candidato vai lá, diz que vai fazer um monte de coisas e depois não é nada daquilo. Para o bem e para o mal, independentemente do que a gente acha. Mas na linha do que já foi dito, acredito que existe um sistema de leis e de instituições que se sobrepõem a esses personalismos e que de alguma forma evitam os excessos e preservam tudo o que foi constituído. Por isso eu acho que o papel do Congresso, dos partidos, o papel das burocracias, a importância do diálogo social, isso tudo faz com que um eventual ditador, um maluco, ou alguém que tenha uma plataforma até ideologicamente sólida, mas com a qual a gente pode não concordar, tenha que se flexibilizar e não consiga imprimir todos os seus desejos.

Respondendo à pergunta que foi feita antes, acho que, ao contrário, a nomeação do Trump é o fortalecimento do modelo das prévias. Porque se fôssemos levar em conta apenas o interesse do partido, isolado da sociedade, o Trump seguramente não seria nomeado. Talvez esse seja o dilema no momento. Fazer o que é melhor perante os olhos de uma elite política, que talvez até conheça melhor as necessidades do país, ou resguardar o desejo da sociedade que se manifestou nas urnas? A minha sensação é que, por mais que a lei permita ao partido não nomear o Trump, ele não tem coragem de fazê-lo justamente para não desqualificar o processo eleitoral anterior.

Em relação à manifestação e ao impacto que isso tem no Brasil, também não vejo uma correlação direta no sentido de dizer "se aconteceu lá, aconteceu aqui", ou qualquer coisa assim, mas eu concordo com você que esse movimento do não-político é um fenômeno que merece atenção. É por essa ideia que, no

Brasil, em uma manifestação, o indivíduo não diz que é associado a um partido, ele diz que está lá porque acredita em algo que não associa a nenhuma instituição política. E faz isso por pensar que, do contrário, perderia a legitimidade. Então, nesse sentido nós poderíamos dizer que a própria democracia, as estruturas que ela consolidou por meio da representação, passam a enfrentar problemas que antes talvez não fossem tão claros ou objetivos.

**RUBENS FIGUEIREDO:** De qualquer maneira, o fato de Trump ter os códigos nucleares para soltar bomba no mundo inteiro não é muito tranquilizador.

**PROFESSORA GISLAÏNE:** Essa é a questão. Ela disse que a própria instituição do Congresso não deixa colocar em prática. Mas se a gente for ver a história do mundo...

**FERNANDA MAGNOTTA:** O mais perto que nós chegamos de uma guerra completa, uma guerra nuclear total, foi no período da Guerra Fria. Os ânimos eram muito acirrados, as posições eram demarcadas, todo mundo era muito armado. No entanto, o confronto efetivamente nunca existiu. E por que não existiu? Não é porque em cada lado houvesse alguém com uma mente aberta, benevolente, que considerou os impactos humanitários do seu ato ou porque não tinha condição ou acesso para ir lá e apertar o botão. As condições objetivas nos fariam concluir que o óbvio era apertar o botão. Só que toda ação política, e principalmente em política externa, parte do pressuposto da racionalidade. E a racionalidade diz que você só toma uma determinada medida se os benefícios superam os custos. Por que ninguém apertou o botão na Guerra Fria? Porque a destruição do outro representava a própria destruição. Se o americano aperta o botão, automati-

camente o custo para o russo apertar o botão se torna muito baixo, porque ele já foi atacado. Tudo o que ele pode fazer agora é atacar também. Então, não é que o americano dizia: “Eu não vou jogar uma bomba em cima de Moscou porque eu não acho que isso é correto. Eu não vou jogar uma bomba em cima de Moscou porque um míssil intercontinental vai cair em cima de Nova York. E como eu não quero que Nova York seja atacada, eu também não ataco Moscou”. É uma lógica de custo-benefício racional que faz parte da *real politik* dos estados. O Trump diz que a China é uma porcaria, a China é um problema para o mundo, só que os chineses têm hoje a maior reserva de títulos da dívida americana. É uma relação de dependência intrínseca, para não falar de comércio.

**CARLOS PIO:** Para não falar que ele próprio produz roupas na China e no México.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Então, se ele diz que amanhã vai elevar para 40% os impostos da China, o chinês diz: “Está bom, vou vender todos os títulos da dívida pública. Sabe o que vai acontecer com os Estados Unidos? Vão virar a Nicarágua.



**VITOR NOGUEIRA:** Eu gostaria de fazer um comentário sobre o caso que aconteceu em Orlando. Com certeza não é um caso de terrorismo típico, foi

uma questão de homofobia. Mas sobre esse tema há a questão de acesso às armas e também de várias outras que estão cada vez mais presentes. Uma coisa que eu enxergo é que esse não foi um caso típico de terrorismo, porque era um americano, tinha comprado arma fora, e tinha acabado de entrar em contato com as ideologias do Estado Islâmico pela internet. E isso acabou levando a um conflito que ele já vivia, da homofobia. Acredito que para evitar esse tipo de evento seria necessário você fazer uma discussão desses vários temas. Como seria isso, um debate nesse nível? Como isso poderia se refletir para o resto dos debates, por exemplo, no Brasil?

**FERNANDA MAGNOTTA:** Foi-se o tempo em que a guerra era tradicional e muito menos a guerra contra o terror era guerra tradicional. Isso que a gente está assistindo agora, já nos últimos dez, quinze casos de terrorismo que houve registro em grande escala, são os chamados lobos solitários. Não são ataques orquestrados por membros que foram treinados *in loco*, que vem de países com origem radical. São indivíduos que foram convertidos dentro de suas próprias sociedades a partir de um conjunto de identificações meio esquisitas, que muito tem a ver com a própria mentalidade desses indivíduos de exclusão e que podem não ter origem religiosa, mas se associam a isso. O que eu vejo hoje é que talvez uma maneira de combater o radicalismo, seja islâmico ou o de qualquer outra natureza, é simplesmente combatendo a ignorância. Não existe outra medida. Não adianta colocar botas no solo lá na Síria. Lógico que, pontualmente, resolver a apropriação que os grupos fazem das religiões é outra discussão. Mas o que eu quero dizer é que esses ataques pontuais, esses indivíduos que se associam por algum motivo, eles só acontecem a partir do fato de que eles não têm conhecimento ou de que eles não

têm acesso a um debate qualificado que esclareça algumas coisas. Por exemplo, a gente discute muito a questão do radicalismo islâmico. O Estado Islâmico não é nem Estado e nem é islâmico. Até por isso a nomenclatura tem sido tão questionada. No inglês eles usam mais a nomenclatura *Daesh*, que é uma outra sigla que é justamente para não reforçar a narrativa de que é um Estado islâmico. Não é Estado porque não tem território próprio, não tem governo legítimo, sequer tem um conceito de nação claro, muito menos a soberania conferida pelos pares. Nem é islâmico porque há uma completa distorção do que o Islã propõe. Chega a ser ofensivo a um muçulmano. Aliás, na minha opinião, tudo o que tem acontecido em nome do suposto Islã prejudica especialmente os islâmicos de verdade. É como se nós disséssemos aqui, numa sociedade predominantemente cristã, que o cristianismo é o sinônimo da Inquisição. Aí você diz: “Não, a Inquisição é uma distorção feita por um grupo político muito específico. Os valores dessa religião não podem ser expressados por meio desse episódio ou desse conjunto de valores”. É a mesma coisa com o Islã.

Há um caso muito emblemático, que ficou famoso na internet. O Estado Islâmico divulgou um daqueles vídeos de degolamento em que leem o que seria um trecho do Corão, justificando porque eles têm que matar infiéis. E aí você, que vê lá ele está citando um trecho do Corão, você escuta e pensa: “Olha só, esse livro deve sugerir a violência, suscitar a guerra. Onde já se viu escrever uma coisa dessas num livro religioso”. Se você fizer o exercício de pegar o Corão e procurar o que ele está citando – isso porque eu não estou nem entrando no mérito da tradução, estou assumindo que as traduções são boas e legítimas –, o que eles fazem é suprimir trechos inteiros e descontextualizar. O trecho que é lido naquele vídeo do degolamento, que diz que tem que combater o infiel e tal, originalmente diz o

seguinte: “Olha, fiel, nós sugerimos que você não coma carne de porco. Por motivos “xyz”, que várias religiões preservam. No entanto, se você estiver perdido no deserto, sozinho, e diante de uma situação na qual você vai ter sua vida em risco, então você pode comer porco e, portanto entrar em contato com tudo que não é bom. Eles substituem as palavras-chave, tipo porco, por infiel, eles tiram coisas do meio, descontextualizam que se trata de um ritual e que não é parte da doutrina, reproduzem para o mundo inteiro dizer: “Olha, esses islâmicos realmente são perigosos”. Então, quando a gente combate a ignorância, dizendo, “espera lá, qual é o uso político que se tem feito da religião e com que propósito?”, vamos conhecer, vamos discutir. Eu acho que assim você combate o lobo solitário, a pessoa que naturalmente teria uma predisposição a um ato violento. É o único jeito, porque tirando isso, como você combate? Está disseminado, está em todos os lugares. Tem em todas as nacionalidades. Está difuso.



**ALDA MARCO ANTONIO:** De uma maneira geral, o senso comum trata o lobo solitário como uma pessoa normal. Não é. É um deficiente, teve alguma deficiência e não foi identificada dentro de casa. Porque a tarefa

de formar a personalidade, o caráter, é da família. E a família não percebeu esse anormal. Todos esses casos que causam grandes tragédias, eles não são normais. Não foram percebidos.

**FERNANDA MAGNOTTA:** Tem a válvula psiquiátrica, não é? Porque todos nós, de alguma maneira, te-

mos as nossas restrições, a nossas frustrações. Mas o que separa alguém que canaliza essas frustrações para um desabafo no Facebook para um que vai lá e compra uma arma no Walmart e metralha a faculdade?

**ALDA MARCO ANTONIO:** Juntam seis ou sete para estuprar uma menina, filmam, colocam sem nenhum sentimento... Não são normais. São pessoas anormais. Elas têm que ser afastadas da sociedade.

**PASTORA ELIANE:** Gera aquela questão que você estava colocando. Sem o contexto, é pretexto para as loucuras que a gente vê. Eu sou pastora, estudo e tenho uma certa ciência...

**FERNANDA MAGNOTTA:** Na Bíblia, dá para pegar um trecho e fazer várias adaptações.



**PASTORA ELIANE:** É pretexto para qualquer coisa louca que você queira fazer.

**SÉRGIO RONDINO:** Pessoal, muito obrigado e até o próximo Encontro Democrático.



**Presidente**  
Guilherme Afif

**1º Vice-presidente**  
Vilmar Rocha

**2º Vice-presidente**  
**Diretor de Relações Internacionais**  
Alfredo Cotait Neto

**Secretária**  
Alda Marco Antonio

**Diretor Superintendente**  
João Francisco Aprá

**Conselho Superior de Orientação**

**Presidente** - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

**ENCONTROS DEMOCRÁTICOS** - Coleção 2016 - "A eleição nos EUA"  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)  
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)